

## ESTADO, CAPITALISMO MONOPOSILISTA E QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

**Marcos Maestri**

Professor do Cesumar – Graduado em Psicologia,  
Pedagogia e Filosofia – Mestre em Educação

**RESUMO:** O Estado só pode ser entendido no interior da sociedade civil, onde ocorrem as lutas sociais. Ele sofre as transformações à medida em que outros setores da sociedade também sofrem. Diante das crises do século XX, o Estado teve que se fortalecer e qualificar mão-de-obra especializada para poder suprir suas necessidades.

**ABSTRACT:** The State can only be explained inside the civil society, where the class-conflict occur. It undergoes several changes at same time other sectors of society suffers the same. Facing the 20<sup>th</sup> Century crisis, the State had to get stronger and prepare specialized manual work in order to fulfil its needs.

### INTRODUÇÃO

O Estado, como representante da organização de uma sociedade, passou por várias fases durante o presente século em relação à sua função. Assumiu o papel de Estado **Monopolista/Regulador da economia** quando as sociedades de produção capitalista passavam por várias crises, dentre elas, as duas grandes Guerras Mundiais e a de 1929. Foi nesse período que os capitalistas intensificaram a união em corporações para enfrentar as depressões do sistema capitalista e sobreporem-se às crises inerentes ao sistema. Ao Estado, atribuiu-se a função de “abençoar” e defender os interesses dessas grandes corporações que visavam acumular sempre mais em detrimento das questões sociais. A partir das contradições e das desigualdades provocadas pelo sistema, o Estado voltou-se para questões sociais. Foi a fase do Estado preocupado com o **Bem-estar social**. Só que os custos para gerenciar as questões sociais, ao invés de serem captados dessas grandes corporações, acabaram sendo partilhados pela grande maioria da população que deveria ser a beneficiária das ações do Estado. Época em que o Estado procurou fazer sua redefinição de tarifas e taxas, no intuito de

beneficiar os mais necessitados, o que provocou a socialização dos custos e aplicando uma política fiscal progressiva em vez de ser regressiva.

E, por fim, o **Estado Mínimo**, tentando desburocratizar, desinchar a máquina administrativa, diminuir o custo operacional, passando ao gerenciamento dos diversos setores econômicos e sociais para a iniciativa privada. (É o processo que estamos presenciando na atualidade, discutindo se privatiza ou não privatiza; protestos de funcionários de certas empresas, contrários à privatização; sindicatos promovendo passeatas, quebra-quebra, piquetes, impedimento de leilões...). Os “custeadores” do Estado, que antes chamaram o Estado para defender seus interesses, hoje, percebem que o custo é alto e o retorno é mínimo. Se não cumpre seu papel de defensor, é preferível deixar que cada um tenha seu capital para lutar pelos seus interesses. É a onda da privatização, de “devolução” dos setores assumidos pelo governo à sociedade civil.

Nosso interesse, nesse estudo, direciona-se ao **Estado Regulador da Economia**, dentro do Capitalismo Monopolista/Corporativista. Procurar entender como se formou, o porquê da necessidade de um Estado defensor das grandes corporações em detrimento das questões sociais. Procuraremos, inicialmente, compreender a *Natureza* desse Estado; em que consiste a *idéia* de Estado. Num segundo momento, investigar por que o Estado necessitou de *mão-de-obra especializada* e precisou empreender esforços na *qualificação de mão-de-obra*.

Nossos referenciais de estudo estão baseados em três fontes principais: o artigo *Marx e o Estado*, escrito por Ralph Miliband (1972), encontrado no livro *O estado na sociedade capitalista; O Estado em crise*, de Nicos Poulantzas (1969); *Existe uma doutrina marxista de estado?*, texto escrito por Norberto Bobbio e o texto de Umberto Cerroni *Existe uma ciência política marxista?*, comentando as críticas que Bobbio fez no seu texto, existentes no livro *O marxismo e o estado*, de Norberto Bobbio (1979).

Iniciaremos perscrutando o sentido da palavra **Estado** e o seu significado, mostrando as diferenças do conceito de Estado entre Hegel e Marx.

## I – NATUREZA DO ESTADO

O **Dicionário Aurélio** de Língua Portuguesa conceitua **Estado** como sendo “o conjunto dos poderes políticos de uma nação; governo: Estado Republicano, Estado Democrático, Estado Totalitário (...) Nação politicamente organizada (...) Organismo político-administrativo que como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por um governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito

público, internacionalmente reconhecida”. Essa definição não contempla a totalidade do que é o Estado. Traz uma idéia de algo estável, imóvel, que não sofre transformações ou que está ileso às mudanças sócio-econômico-político-culturais.

Para especificar a *natureza* do Estado, buscaremos em Karl Marx o seu significado, por ter começado a fazer a relação do Estado com a sociedade civil, na sua obra *Crítica à filosofia de Hegel*. Num primeiro momento, Marx até aceitou algumas idéias de Hegel. Como confirmou Miliband (1972, p. 128), no seu capítulo, *Marx e o Estado*: “As primeiras opiniões de Marx sobre o Estado trazem nítido cunho hegeliano (...); referiu-se ao Estado como guardião dos interesses gerais da sociedade e ao direito como encarnação da liberdade”. Mas, com o tempo, foi percebendo o caráter *abstrato* que o conceito de estado hegeliano possuía. Seu ponto de partida foi a crítica à idéia hegeliana de Estado, que entendia o Estado como **força superior ou independente da sociedade**. Era algo desvinculado da sociedade. Hegel concebia o Estado como uma idéia absoluta e acima de todas as particularidades. O Estado existiria para defender os interesses gerais, comuns a todos os setores da sociedade e nada de defender setores privilegiados. O Estado estaria em posição superior a qualquer outro poder ou setor social. Ele passaria a ser uma idéia perfeita e desvinculada das contradições que ocorrem no interior da sociedade. Para Marx, o entendimento do Estado só seria possível se levasse em consideração a relação do Estado com a sociedade civil. O Estado não existiria sem a sociedade. Deveria estar inserido dentro das relações que os homens mantêm entre si. Não seria possível entender os interesses gerais, sem entender os interesses particulares e vice-versa. Porque é no interior da sociedade que ocorrem as contradições, as lutas, as crises e o Estado não está isento dessas influências.

Portanto, Marx começou desmascarando o papel neutro do Estado, defendido por Hegel (e outros predecessores). Ele tem seus interesses porque a própria sociedade está dividida em classes em cada uma tem seus interesses. É dentro da sociedade civil que ocorrem as manifestações particulares. É preciso entender o que ocorre entre as classes sociais. É o que confirmou Bobbio (1979, p. 27), no seu artigo, **Existe uma doutrina marxista de estado?**: “O pensamento político de Marx registra-se na grande corrente do realismo político *que despe o Estado de seus atributos divinos* e considera-o como organização de força, do máximo de força disponível e exercitável em *um determinado grupo social* (...); a originalidade de Marx consiste no fato de que ele é, talvez, o primeiro escritor político que une uma concepção realista de Estado a uma teoria revolucionária da sociedade”. (Grifos nossos).

Essa idéia do Estado como *organização de força* a serviço dos interesses de um pequeno grupo e não, como entendiam e defendiam os predecessores de Marx, que consideravam o Estado como defensor e promotor do bem comum, do interesse geral, foi, aos poucos, sendo desvelado por Marx, descrito por Bobbio (1979, p.30): “...Pela primeira vez, Marx denuncia com extrema clareza o *aspecto ideológico* desta presumível teoria: o Estado não é apenas um instrumento, um aparato, um conjunto de aparatos, dos quais o principal é aquele que serve ao exercito da foca monopolizadora, mas é um *instrumento que serve à realização* de interesses não gerais, mas *particulares* (de classe)”. (Grifos nossos)

Foi na década de 40 do século passado, que Marx começou a perceber o processo de alienação provocado pelo trabalho. O trabalhador estava se tornando uma simples força de trabalho, isto é, uma mercadoria. Já não era mais dono do seu trabalho ou do seu produto. Simplesmente, vendia sua força de trabalho. Sua remuneração não estava “à altura” do trabalho que realizara. Não recebia o quanto ele merecia pelo trabalho realizado. E alguém estava se apropriando do seu esforço. Aqui é que Marx descobriu a teoria da mais-valia<sup>1</sup>, da coisificação do homem por meio do trabalho, do processo alienante que era o trabalho. Neste contexto, era preciso entender a ação do Estado.

Na sociedade civil é que ocorriam as lutas sociais. Era ali que estava a transição do trabalho artesanal, corporativo para o trabalho assalariado. Se o trabalhador vendia sua força de trabalho, era porque existia alguém que poderia pagar e, ao mesmo tempo, se apropriaria da mais-valia. O Estado, certamente, não estaria neutro nesta relação e não poderia atender a “dois senhores ao mesmo tempo”. Marx (1967), junto com Engels, disseram, no **Manifesto comunista**, que o executivo do Estado moderno não passa de uma comissão para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.

A partir dessas descobertas, Marx foi percebendo o papel do Estado. Não estava a serviço da classe trabalhadora, mas a favor da burguesia, que detinha os meios de produção e que provocava a alienação do homem, para reverter esse processo, era preciso conscientizar a classe operaria desse processo alienante.

Na sua obra **O Dezoito brumário de Luís Bonaparte**, Marx (1969) procurou adentrar na verdadeira *natureza* Estado. Para ele, o golpe de Estado de Luís Bonaparte foi “a vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo”. E, mais adiante, afirma que “a nação transformou em lei a sua vontade geral, isto é, fez da lei da classe dominante a sua vontade geral”. Mesmo que, no início, a intenção de Luís

Bonaparte fosse a defesa dos interesses da classe media camponesa, o resultado final não poderia ter sido outro do que ser defensor de um grupo dominante. Miliband (1972, p.137) reforçou dizendo que: “para Marx, o Estado bonapartista, por mais que fosse independente politicamente de qualquer classe em especial, permanece, e só pode permanecer, em uma sociedade de classes, como o **protetor de uma classe econômica e socialmente dominante**”. (Grifo nossos)

Diante do papel dominador do Estado sobre a classe trabalhadora, só a “ditadura” do proletariado poderia fazer frente a essa dominação, ser agente da dissolução da ordem social vigente. Com isso, empreendeu todo um estudo e esforço, juntamente com Engels, na tentativa de chegar à “ditadura” do proletariado.

Paralelamente a esse trabalho da esquerda, o sistema capitalista foi aprimorando suas estratégias na conquista de mais lucro e mais acumulação de capital. É o que veremos em seguida: o processo de crescimento da classe media e o fortalecimento do Estado como regulador da economia no meio do capitalismo monopolista.

## II – FORTALECIMENTO DO ESTADO

O entendimento do Estado só é possível a partir das transformações do Sistema Capitalista. O Estado não é imune e nem é uma abstração como queria Hegel, mas está inserido no seio da sociedade civil onde ocorrem as contradições nas classes sociais. Se o Sistema Capitalista passa por crises, o Estado também sobre conseqüências dessas crises.

A partir do final do século passado e o início do século XX, o Sistema Capitalista passou por varias crises que, aliás, são inerentes ao próprio sistema. Elas nunca são atribuídas ao próprio sistema, mas à estrutura administrativa, aos valores cultivados pelas pessoas que fazem parte da “engrenagem”. (Daí poder entender porque a classe dominante fala tanto em valores, em moral... Existe uma sociedade mais moralista do que a dos Estados Unidos? O que mais pesa nos candidatos à Presidência da Republica?).

Na corrida para a obtenção de mais lucro, formando grandes corporações ao final do século passado e o começo do século XX., o sistema capitalista teve que lidar com graves crises, em vários setores da sociedade. Nicos Poulantzas (1977), no seu artigo **As transformações atuais do estado, a crise política e a crise do estado**, faz uma relação existente entre as crises do Estado e as crises política, econômica, ideológica. Para ele, as crises não são por causa de uma “disfunção” momentânea, e sim, parte do funcionamento do Sistema Capitalista. Vejamos:

<sup>1</sup> Designa o valor suplementar produzido pelo trabalho do operário assalariado de que o capitalista se apropria sem pagar.

*... as crises econômicas, longe de serem momentos de desarticulação (disfunção) do “sistema” econômico, em suma um tempo morto, são de algum modo, e sob um certo ângulo, necessárias à sobrevivência e à reprodução mesmas do capitalismo (não é uma crise econômica qualquer que poderá automaticamente abater o capitalismo), sob a condição de que não se traduzam em crises políticas, cujo resultado poderia ser a derrubada do capitalismo. Isto quer dizer também, por outro lado, que as crises não constituem um momento acidental no qual explodem elementos anômalos ou heterogêneos ao funcionamento normal, equilibrado e harmonioso do sistema, mas que os elementos genéricos de crise (devidos à luta de classes) estão constantemente em ação na reprodução do capitalismo”* (p.5) (grifos nossos).

As crises forçam a repensar a administração e não o sistema. Portanto, as crises não abalam o sistema capitalista no seu cerne, apenas são feitos “reparos” externos ao sistema. Diante das crises do início do século XX, o próprio Estado passou por transformações. Antes, como simples “observador” da economia, passou a tomar parte das transações econômicas. Ao Estado, atribui-se o papel de **regulador da economia**, ou seja, fortalecer-se para poder defender as grandes corporações que se uniam diante da instabilidade econômica e das crises. O Estado aparelhado poderia dar suporte, proteção e investir nas áreas carentes de infra-estrutura para que o Capitalismo Monopolista pudesse fazer suas produções com baixo custo e um lucro cada vez maior.

Portanto, as crises forçaram a burguesia a depender cada vez mais do sistema estatal, dando-lhe suporte, infra-estrutura. Para poder atender a essa necessidade, o Estado também teve que se aparelhar, teve que se estruturar a partir da mão-de-obra especializada. Teve que fazer investimento no chamado capital social, isto é, no treinamento e na aquisição de recursos humanos especializados. Com isso, o Estado também começou a se burocratizar, a inchar a máquina estatal, necessitando de mão-de-obra especializada para suas funções. É o que veremos no item abaixo.

### III – QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Vimos que as crises forçaram o Estado a assumir a defesa e a proteção dos grandes grupos econômicos, dando infra-estrutura, investindo na formação do capital social para que pudesse ter especialistas que pudessem atuar e controlar os diversos setores administrados pelo Estado.

Como já mencionados acima, sempre que o Sistema Capitalista passa por crises, essas nunca são atribuídas ao sistema ou ao econômico, mas

passam pelos valores, pela moral. Diante da des-motivação dos funcionários, por exemplo, o problema está na organização administrativa, nas relações que os homens estabelecem dentro da empresa e não no sistema de produção. Daí o surgimento das diversas formas de administração como a de Taylor, Mayo, Ford etc.

A formação da mão-de-obra especializada, corpo técnico em todos os níveis, teve que fazer investimento no setor social, isto é, investir na formação da mão-de-obra através da educação e nas despesas sociais (sistema previdenciário). Na educação, a preocupação foi formar especialistas dentro do alto escalão executivo, proveniente da própria classe dominante, que desse continuidade na defesa dos seus interesses. Em relação à reprodução da força de trabalho, a filosofia educacional era de “adestrar” o indivíduo ao sistema de produção capitalista. Daí entender a grande importância da disciplina na escola, a observância dos valores defendidos pela classe dominante. Nesse sentido, a escola passou a ter o mesmo caráter ideológico que o Estado, isto é, de estar a serviço de um pequeno grupo, veiculado e defendendo os interesses da burguesia. Ao mesmo tempo, era preciso que houvesse um contingente excedente de mão-de-obra para poder baratear a produção e conquistar cada vez mais lucro.

Um outro aspecto interessante que apareceu no período foi que, à medida em que o capitalismo monopolista foi-se desenvolvendo, também se defrontou com o desemprego. A evolução tecnológica trouxe agilidade na produção, mas, ao mesmo tempo, provocou uma população excedente, sem absorção do sistema de produção (embora já seja inerente ao sistema a existência de uma massa desempregada que force baratear a contratação da mão-de-obra).

Para conseguir defender seus interesses, a burguesia sempre pregou uma ética baseada no trabalho que consiste na busca do prestígio, na tendência para acumular sempre mais e valorizando a educação (de alguns). Além disso, seu discurso é que o indivíduo seja crítico, agente de sua formação, mas, na prática, não consegue pensar diferente do pensamento burguês. Sua criticidade é limitada ao contexto em que vive, não conseguindo emergir uma consciência mais transformadora.

Um outro meio de que a burguesia tem se utilizado para formar seus especialistas, seus técnicos dentro da mentalidade burguesa, é fazer pensar no futuro, fazendo projeções futuristas através do sacrifício do presente. Suporte o peso hoje para poder gozar, viver mais tranquilo amanhã. O sofrimento será o meio que lhe permitirá ter uma vida mais feliz e sossegada na velhice. Nada mais ideológico do que essa mentalidade, pois ajuda a escamotear as injustiças, as contradições existentes no meio social e na formação para um individualismo sem tamanho.

O que é perceptível, nessa qualificação da mão-de-obra, é que o Estado tem interesses a preservar, pertencentes a um pequeno grupo, e que o esforço está direcionado em continuar a preservá-los através de especialistas, formados a partir da mentalidade burguesa.

## CONCLUSÃO

Nosso intuito foi demonstrar que a compreensão do Estado só é possível quando se compreende as transformações no interior do sistema capitalista. Ele sofre as mudanças à medida em que o sistema de produção passa por mutações. Ele não é algo abstrato, isolado da sociedade ou acima da sociedade, mas está inserido no contexto em que ocorrem as lutas de classe.

Para isso, foi preciso desvendar a natureza do Estado, segundo Marx, em oposição à mentalidade hegeliana, que entendia o Estado como uma organização supra-sociedade e preocupada com o interesse geral. Em seguida, abordamos as crises que se sucederam no início do século e que forçaram o fortalecimento do Estado no sentido de defender e proteger os interesses das grandes corporações. Crises que são interdependentes, isto é, não existe uma crise só política ou só econômica ou só ideológica ou só de Estado. À medida em que um setor entra na crise, automaticamente, outros setores também sentem os efeitos da crise.

O que foi possível perceber, nesse estudo, é que o aparato do Estado sempre esteve a serviço de um pequeno grupo com seus interesses. A própria educação (qualificação da mão-de-obra) obedeceu a critérios para formar técnicos na mesma mentalidade burguesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Noberto et alii. *O marxismo e o estudo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARX, Karl. *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*. Tradução de Leandro Konder. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MILIBAND, Ralph. *O estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- POULANTZAS, Nicos (org.). *O estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.